



**SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM
VINTE E QUATRO DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E DEZASSETE**

--- Aos vinte e quatro de fevereiro de dois mil e dezassete reuniu a Assembleia Municipal do Funchal, pelas dez horas e trinta minutos, no Edifício dos Paços do Concelho, sob a Presidência de Rodrigo Nuno Pontes de Gouveia Trancoso, estando ainda presentes Paula Cristina Mourinho Belbut Gonçalves e Nélia Maria Gouveia Vieira Aguiar, como Primeira e Segunda Secretárias, bem como os seguintes Deputados Municipais:-----

--- **Grupo Municipal Mudança** - António José Gouveia Gomes (PS), Carlos Alejandro da Câmara Figueira (PTP), Duarte Luís Fernandes Caldeira Ferreira (PS), Gonçalo Gomes de Sousa Aguiar (PS), Guida Maria Barcelos Martins (PS), Guida Maria Vieira Martins (BE), Guido Marcelino Mendonça Gomes (PS), José Gabriel Pereira Oliveira (PS), José Juvenal Nunes Rodrigues (PS), Manuel Nélio Vivente Pereira (PS), Paulo Bruno Rodrigues Nunes Ferreira (PS), Roberto Paulo Ferreira Vieira (MPT), Sérgio Juvenal de Jesus Abreu (PS) e Sílvia Maria Mota Marques Ferreira (PAN). -----

--- **Grupo Municipal do CDS/PP** – Américo João da Silva Dias, Filomena Maria Teixeira Gonçalves, Gonçalo Nuno Pimenta Camacho e José Maria Abreu Barros. -----

--- **Grupo Municipal do PCP/PEV-CDU** – Herlanda Maria Gouveia Amado, Edgar Freitas Gomes Silva e Fernão Manuel Gonçalves Rodrigues. -----

--- **Grupo Municipal do PPD/PSD** – Ana Patrícia Correia Brazão de Castro, António Domingos Sousa Abreu, Carlos Miguel Encarnação Gonçalves, Gustavo de Assis Soares Coelho, José António Freitas Rodrigues, José Jorge A. Camacho, Luís Miguel Moura de Sousa, Marco Alexandre R. P. Fernandes, Maria Elisabete Mendonça Andrade, Maria Idalina Fernandes Silva, Marisa Maria P. Santos e Costa, Raquel João Martins da Silva, Robert Miguel Andrade de Castro, Rosa Maria Lopes Cravidão Gouveia de Oliveira, Rui Alberto Garanito Santos e Sílvia Marlene Pereira Rodrigues.-----

--- **INDEPENDENTES** – Ana Patrícia da Silva Oliveira, Donato Paulo Vares Macedo e Eduardo Pedro Welsh.-----

--- **VEREADORES AUSENTES** – Bruno Miguel Camacho Pereira do PPD/PSD e Domingos Manuel Martins Rodrigues da Mudança. -----

--- Mais se verificou a presença do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Paulo Alexandre Nascimento Cafôfo, e dos Senhores Vereadores: Idalina Perestrelo Luís, Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia, Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes, Énio Dionísio Vieira Martins, João José Nascimento Rodrigues, João José Sales F. Correia, José Manuel Sousa Rodrigues e Vanda Maria de Fátima de Sousa França Correia de Jesus.----

--- Esteve também presente a funcionária da autarquia Nélia Maria Jardim dos Santos Gonçalves, designada para elaborar as atas das sessões da Assembleia Municipal.-----

--- **Verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal,** abriu a sessão, dando conhecimento do seguinte expediente: -----

1. PEDIDOS DE SUBSTITUIÇÃO: -----

1.1. A Deputada Municipal Micaela Gomes Camacho, do GMM, eleita pelo PS, comunicou a sua ausência sendo substituída por Sérgio Juvenal Jesus Abreu. -----

1.2. O Deputado Municipal Carlos Alberto Rodrigues, eleito pelo PPD/PSD, comunicou a sua ausência, sendo substituído por Carlos Miguel Encarnação Gonçalves. -----

1.3. O Deputado Municipal Carlos Alberto de Freitas de Andrade, eleito pelo PPD/PSD, comunicou a sua ausência, sendo substituído por Gustavo de Assis Soares Coelho. -----

1.4. O Deputado Municipal Lívio Rómulo Soares Coelho, eleito pelo PPD/PSD, comunicou a sua ausência, sendo substituído por Sílvia Marlene Pereira Rodrigues. -----

1.5. O Deputado Municipal Pedro José Jardim Gomes, Presidente da Junta de Freguesia de São Roque, eleito pelo PPD/PSD, comunicou a sua ausência sendo substituído por Robert Miguel Andrade de Castro, Vogal da referida Junta. -----



1.6. O Deputado Municipal Rui Nuno Barros Cortez, eleito pelo PPD/PSD, comunicou a sua ausência, sendo substituído por José Jorge A. Camacho. -----

1.7. O Vereador Artur Alberto Fernandes Andrade, eleito pelo PCP/PEV-CDU, comunicou a sua ausência sendo substituído por Énio Dionísio Vieira Martins. -----

2. PEDIDOS DE SUSPENSÃO: -----

2.1. Lino Ricardo Silva Abreu e Maria João Ramos de Freitas Araújo de Sousa Tomás Freitas, eleitos pelo CDS-PP, solicitaram a suspensão do mandato pelo período de três meses, sendo substituídos por José Maria Abreu Barros. -----

3. EXPEDIENTE: -----

3.1. Convites enviados ao Presidente da Assembleia: -----

- A Câmara Municipal do Funchal, a Escola da APEL e a Associação dos Antigos Alunos da Escola da APEL enviaram um convite para a inauguração da exposição coletiva de desenho, "*Déjà-vu 1: (des)cobertas*", que ocorreu no dia treze de janeiro de dois mil e dezassete. -----

- A Congregação das Irmãs Franciscanas Senhora das Vitórias enviaram um convite para o lançamento do Livro: "O Percorso Madeirense da Venerável Irmã Wilson segundo a imprensa regional (1881-1916)", que ocorreu no dia vinte e três de janeiro de dois mil e dezassete. -----

- O Presidente da Câmara Municipal do Funchal enviou um convite para participação na Conferência: REABILITAR PARA ARRENDAR – HABITAÇÃO ACESSÍVEL, que ocorreu no dia vinte e três de janeiro de dois mil e dezassete. -----

- O Presidente do Conselho Regional da Madeira da Ordem dos Advogados e o Presidente do Conselho de Deontologia da Madeira enviaram um convite para a Cerimónia de Tomada de Posse dos membros eleitos para aqueles órgãos para o triénio 2017-2019, que teve lugar no dia um de fevereiro de dois mil e dezassete. -----

- A Câmara Municipal do Funchal enviou os seguintes convites: -----

- Hastear das Bandeiras referentes ao: Galardão Eco XXI, Cidades de Excelência – Nível II, Autarquia Mais Familiarmente Responsável, que teve lugar no dia vinte e um de fevereiro de dois mil e dezassete. -----
- Conferência “A Hotelaria no Funchal”, que teve lugar no dia vinte e três de fevereiro de dois mil e dezassete. -----

- O MDM – Movimento Democrático de Mulheres no âmbito do Dia Internacional da Mulher, enviou um convite para uma Concentração de Mulheres no Largo do Phelps no dia onze de março às onze horas. -----

4. Pedidos de intervenção reencaminhados à CMF: -----

4.1. Do CDS-PP: -----

- Requerimento a solicitar esclarecimentos sobre a recolha de lixo no Concelho do Funchal. -----
- Requerimento a solicitar esclarecimentos sobre a encomenda de sondagem pela Câmara Municipal do Funchal. -----

4.2. PCP/PEV: -----

- Pedido de esclarecimento sobre o abate de árvore (abacateira) pelos serviços camarários. -----

----- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

--- O **Senhor Presidente da Assembleia** informou que deu entrada nos serviços administrativos daquela Assembleia o pedido da **municípe Maria Fernanda Ferreira Sousa Rapp**, representada por João Carlos Freitas e do **municípe Fernando Rodrigues Góis**, para intervir no período de intervenção do público. -----

De seguida deu a palavra ao **Senhor João Carlos Freitas, representante de Maria Fernanda Ferreira Sousa Rapp**, o qual começou por dizer que na zona da residência do casal que representa, ao Caminho dos Pretos, existe uma exploração industrial de cerca

F. Rodrigues
Rodrigues

de 30 mil aves, chamada AVEFREITAS, com os consequentes impactos ambientais para quem vive nas redondezas. -----

Como tal, estes, no seu exercício de cidadania, entenderam que deveriam lutar contra isso porque acham que é uma injustiça e uma aberração haver uma atividade industrial numa zona habitacional e zona verde, não no sentido de encerrar aquela exploração mas no sentido da sua realocização para um lugar conveniente para o efeito. -----

Assim, apelam para que aquele Executivo dê o primeiro passo para a realocização da mesma, pois já há sete anos que andam naquela demanda entre Câmara, Governo e todas as instâncias que possam tomar alguma decisão. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** para prestar os esclarecimentos sobre aquela questão, o qual disse já ter conhecimento daquele problema e do ponto da situação. -----

Depois esclareceu, que o aviário está legal do ponto de vista da sua atividade porque a questão do licenciamento da atividade já foi licenciada pela Secretaria Regional da Agricultura e Pescas, que é quem tutela aquela atividade. -----

Porém do ponto de vista do licenciamento das infraestruturas que dão espaço ao exercício da referida atividade, é da responsabilidade da Câmara, encontrando-se o pavilhão A legal e o pavilhão B em situação irregular. -----

Como tal, a pretensão da deslocalização da atividade seja qual for o desfecho não poderá se concretizar, porque a mesma está licenciada para tal, bem como o pavilhão A também tem licença urbanística. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao segundo munícipe inscrito, **Senhor Fernando Rodrigues Góis**, que ali veio novamente expor o seu desagrado e descontentamento sobre a obra clandestina, que não tem licença nem projeto, viola o PDM e não respeita os afastamentos quer da estrada quer do seu terreno, sito ao Caminho da

Azinhaga, nº 4, Álamos, colocando as seguintes questões: -----

- Como é que uma obra ilegal pode ser alugada para uma empresa? -----

- Como é que se atribui o número de polícia numa obra ilegal? -----

- Como é que está o processo e se o infrator pagou ou vai pagar alguma multa? -----

- Porque é que até à data a declaração que pediu para juntar ao processo que está a decorrer no Tribunal, ainda não foi passada? -----

- Onde se situa o Gabinete Contra a Corrupção, para que possa lá ir reclamar? -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** voltou a dar a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que começou por dar razão ao Município interveniente, sobre a reclamação da obra que decorre nos Álamos, porque a mesma está a ser executada sem o devido licenciamento. -----

Contudo, depois de constatada essa obra ilegal, a Câmara requereu ao proprietário da mesma que a licenciasse, tendo o mesmo entregue vários projetos que foram todos indeferidos e a obra embargada. -----

Uma vez desrespeitado o embargo pelo respetivo Senhor, decorre no momento um processo de contra ordenação, que não sendo respeitado seguir-se-á a demolição coerciva da obra executada. -----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** informou que deram entrada duas propostas por parte do GMM. Uma que consiste no Voto de pesar pelo falecimento de Mário Soares e uma de Recomendação à APRAM. -----

De seguida abriu as inscrições para o GMM intervir sobre as mesmas. -----

- **INSCRIÇÕES:** -----

1 - O Senhor Deputado Sérgio Juvenal Jesus Abreu, do GMM apresentou o seguinte:

“Para mim é uma honra e uma tristeza, simultaneamente, apresentar este Voto de pesar



pelo falecimento do Dr. Mário Soares. -----

O Dr. Mário Soares, sem dúvida alguma foi um lutador da liberdade, um homem perseguido pela ditadura fascista, um homem que esteve preso várias vezes, que defendeu vários presos políticos, que casou inclusive na cadeia e que após o 25 de Abril sempre lutou pelos direitos de liberdade e garantias de todos os cidadãos. -----

O Dr. Mário Soares, que com o seu prestígio e a sua influência levou o País a integrar-se na Comunidade Económica Europeia, hoje União Europeia, que nos trouxe algumas vantagens, nomeadamente as acessibilidades, a construção de outras infraestruturas e de apoio a pessoas mais carenciadas. -----

Um estadista, que hoje faz falta estadistas na vida política, sempre atento aos mais desfavorecidos, sempre atento às questões da educação, sempre atento aos problemas dos jovens e ao futuro do País e sempre a defender uma visão de vida humanista. -----

Aliás, o Dr. Mário Soares foi distinguido por esta Autarquia, sendo Cidadão Honorário da Cidade do Funchal. -----

Tive, felizmente, o privilégio e a honra de conhecer o Dr. Mário Soares que realmente foi uma pessoa marcante para muitos intervenientes na vida política e na vida civil deste País.

O Dr. Mário Soares, sempre foi um verdadeiro autonomista, sempre defendeu o aprofundamento da autonomia das Regiões Autónomas e sempre alertou todos os organismos, todos os políticos e intervenientes políticos para a defesa da liberdade e alertou para os défices democráticos que existiam, infelizmente, neste País. -----

O Dr. Mário Soares foi um republicano, um democrata e por este facto e pela sua ligação à Cidade do Funchal e à Região Autónoma da Madeira, proponho um minuto de silêncio e também proponho ao Município do Funchal que se escolha uma rua para que seja dado o nome do Dr. Mário Soares, como forma de homenagear este político, um verdadeiro estadista que nos marcou certamente a todos nós, e que contribuiu ativamente para a

construção de um estado democrático e para a liberdade que existe no nosso País atualmente". -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que na presunção de que o voto irá ser aprovado, após a votação procederão a um minuto de silêncio. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Edgar Freitas Gomes Silva, do PCP/PEV-CDU** interpelou a Mesa para alertar que na intervenção antecedente, foi proposto dar o nome do Dr. Mário Soares a uma rua, e isso não consta da proposta inicial. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** respondeu que apenas irão votar o teor do que está plasmado no voto que foi distribuído a todos (as) os (as) Senhores (as) Deputados (as) Municipais. -----

2 - O Senhor Deputado Municipal José Juvenal Nunes Rodrigues, do GMM expôs o que se transcreve: "O Grupo Municipal Mudança através dos seus Deputados Municipais na Assembleia Municipal do Funchal coloca à consideração desta Assembleia uma proposta de recomendação à APRAM, Associação de Portos da RAM, sob a tutela do Governo Regional da Madeira, pelo avançado estado de degradação em que se encontra o gaveto compreendido entre a esquina da Avenida Sá Carneiro com a entrada do molhe da Pontinha, a rampa Ro-Ro do navio Lobo Marinho e a lota do Funchal. -----

O referido espaço, vetado ao abandono, mais parece um gueto próprio de terceiro Mundo com chapas metálicas, ferros retorcidos, blocos de cimento, silos não identificados e com indícios de alojamento para os sem-abrigo. Este cenário manifesta um péssimo cartaz, não só para madeirenses mas também para milhares de turistas que nos visitam através dos navios de cruzeiro e que passam obrigatoriamente por este local. -----

Assim, esta Assembleia recomenda ainda ao Governo Regional que use do seu poder de tutela sobre a APRAM, para que seja dignificado o referido espaço, a fim de evitar este quadro degradante à entrada marítima da nossa cidade." -----



3 - O Senhor Deputado Municipal Edgar Freitas Gomes Silva, do PCP/PEV-CDU disse que aquela proposta de recomendação tem o mérito de trazer àquela Assembleia, um problema que já se arrasta há algum tempo e que requer uma intervenção. -----

Porém, colocou a hipótese de esta ser retirada para ser aperfeiçoada e aprimorada em alguns aspetos e na forma como se apresenta, tais como: -----

- A APRAM não é uma *Associação*. Enquanto organismo do Governo Regional é *Administração* de Portos da Região Autónoma da Madeira. -----

- Aquela Assembleia Municipal pode recomendar ao Executivo camarário, mas não tem poderes próprios para recomendar ao Governo Regional. -----

- Para além da APRAM confluem naquela área outras entidades que têm competências e poderes próprios que não se circunscrevem como a proposta de recomendação aponta, como a Secretaria Regional, que tem a tutela do setor das Pescas e a Secretaria que tutela a área da Economia e do Turismo, e que têm que ser devidamente consideradas. -----

Assim, no seu entender faria mais sentido a Câmara desencadear esforços para uma desanexação daquela área, para que fosse a Autarquia a aferir do ponto de vista urbanístico, uma área tão importante quanto aquela e que é confinante com áreas de intervenção direta da mesma, uma vez que a mesma não tem utilidade portuária nem uso marítimo portuário. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** face às oportunas sugestões do Senhor Deputado Edgar Silva, questionou o GMM se está recetivo a acolher algumas dessas sugestões, ou eventualmente retirar a recomendação para ser aperfeiçoada e apresentada numa próxima Assembleia? -----

--- **O Senhor Deputado Municipal José Juvenal Nunes Rodrigues, do GMM** respondeu que acha pertinente a questão apresentada pelo Senhor Deputado Edgar Silva, porém por aquele espaço necessitar de uma intervenção de fundo, a mesma terá de ser planeada e

organizada pelo Governo Regional e não aquela Assembleia recomendar ao Governo como fazê-lo. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** depreendeu das palavras proferidas pelo Senhor Deputado Juvenal Rodrigues, que o GMM não aceita nenhuma das sugestões que o Senhor Deputado Edgar Silva apresentou. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal José Juvenal Nunes Rodrigues, do GMM** respondeu que manifestou apenas a sua opinião. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** retorquiu que o mesmo está a expor a apreciação do GMM e não em nome individual. -----

4 - O Senhor Deputado Municipal António Domingos Sousa Abreu, do PPD/PSD disse que concordam na íntegra com a intervenção do Senhor Deputado Edgar Silva, pois aquela Recomendação não está bem naquilo que é o objetivo e à realidade a que se reporta. -----
Por isso, sugeriu para bem da qualidade e do objetivo a que se propõe, que o GMM pudesse apresentar uma outra redação mais consentânea com aquilo que deve de ser o trabalho daquela Assembleia. -----

5 - O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, do CDS-PP começou por referir que o Grupo Parlamentar do CDS-PP requereu na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, para depois remeter à Câmara Municipal, um conjunto de requerimentos dos quais obteve resposta de alguns e de outros não. -----

Por isso, questionou se o Senhor Presidente da Assembleia Municipal irá manter-se, do ponto de vista do seu órgão de soberania, a defender as propostas que os Grupos Municipais lhe remetem, ou se por algumas serem tão incomodativas, o Senhor Presidente da Câmara já no final do seu mandato, nunca responderá aos mesmos? -----

Ainda naquele contexto, referiu-se à resposta dada a um dos requerimentos requeridos relativamente à limpeza do Concelho do Funchal, que remetem para as pessoas o facto de



terem alguns atos de cidadania pouco cíveis. Como tal, perguntou à Senhora Vereadora daquela tutela, quantas conferências pedagógicas existiram naqueles três anos e meio de mandato, para que as pessoas pudessem ficar mais esclarecidas sobre a política ambiental daquela Câmara Municipal? -----

Depois, referindo-se ao requerimento sobre a questão da sondagem encomendada pela Câmara Municipal do Funchal, questionou se a mesma se realizou? Se foi pago algum serviço a uma empresa externa para esse efeito? E quando é que a mesma se realizou? Por fim, aludiu que desde novembro de dois mil e dezasseis continuam sem resposta ao requerimento sobre a questão da ARU, que regimentalmente a Câmara tem trinta dias para responder ao Presidente da Assembleia Municipal, e este dispõe de mais quinze dias para responder ao Grupo requerente. -----

Por isso, disse ao Senhor Presidente da Câmara para transmitir a verdade às pessoas com a transparência que tanto apregoa. -----

6 - O Senhor Deputado Municipal Donato Paulo Vares Macedo, Independente começou por referir que embora se regozije pelos galardões que o Município hasteou nos Paços do Concelho, nem todas as notícias são boas. Porque num País onde a perceção do fenómeno da corrupção tem na vida Autárquica uma grande expressão, como revelam alguns relatórios dos últimos anos, ficou também a perceber que no relatório do índice de transparência municipal elaborado pela Associação Cívica, Transparência e Integridade, o Município do Funchal, segundo dados de dois mil e dezasseis, num universo de trezentos e oito Municípios almejou o lugar cento e noventa e um. -----

Por isso, questionou sobre o que é que falhou na máquina da propaganda municipal para que aqueles dados se tornassem públicos e não contrariados? E se os procedimentos da unidade de auditoria interna vão corrigir aquelas aparentes fragilidades? -----

Por último, convidou os presentes para um exercício de imaginação e de abstração

ficcional, imaginando por hipótese muito remota que o principal Partido da Coligação Mudança, pretendia usar o espaço da praça do peixe no Mercado dos Lavradores para um jantar comício, e alguém do Executivo pretendia isentar esse mesmo Partido do pagamento da respetiva taxa de utilização. -----

Será que os procedimentos da auditoria interna iriam detetar e contrariar aquelas opções?

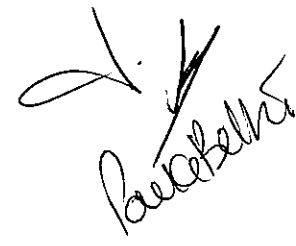
--- **O Senhor Presidente da Assembleia** esclareceu o Senhor Deputado Gonçalo Pimenta que relativamente às observações da resposta por parte da Câmara Municipal aos dois requerimentos que o CDS-PP fez, regimentalmente os prazos foram ultrapassados mas assegurou-lhe que da sua parte, diligenciou em tempo útil à Vereação para que as respostas fossem dadas. -----

7 - A Senhora Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado, do PCP/PEV-CDU

cingiu-se à questão que se reporta: “Faz no próximo domingo, dia 26 de fevereiro, 1 ano que foi aprovado aqui na Assembleia Municipal, uma Proposta de Resolução para a Constituição de um Plano Municipal de Combate ao Desperdício Alimentar, e que ficava mandatado o Executivo de elaborar esse mesmo plano, levando-o à reunião de Vereação e depois voltava à Assembleia Municipal, para que nós pudéssemos efetivamente poder ter um documento que fosse, como dizia na resolução: “estratégico, exequível e elaborado em conjunto, não só com o Município, mas também com as Juntas de Freguesias e os diversos intervenientes sociais, para que esta questão do plano do combate ao desperdício alimentar fosse uma realidade no nosso concelho”. -----

Passado quase 1 ano, qual o ponto da situação? -----

Tendo em conta que a urgência é muita, foi reconhecido na altura que o Funchal tinha necessidade de ter um plano como este, mas até agora, que se tenha conhecimento não só na Vereação como nesta Assembleia Municipal, não há qualquer indício de ter havido qualquer avanço após a aprovação dessa mesma resolução.” -----



8 - A Senhora Deputada Municipal Marisa Maria P. Santos e Costa, do PPD/PSD expôs com conhecimento de causa, que decorrente da intervenção que aquele Executivo está a fazer na antiga estação do comboio do Monte, foram retirados todos os objetos pessoais e todos os detritos que o proprietário tinha dentro daquele espaço, e levados para uma casa que o mesmo possui nas Babosas. -----

Porém, o espaço dessa casa é usado como uma lixeira a céu aberto e nos incêndios de dois mil e doze, que atingiram gravemente aquela freguesia, aquele espaço foi um grande potenciador dos mesmos, porque existiam lá garrafas de gás e várias grades de garrafas de cerveja. -----

Por isso, e apesar de formalmente e informalmente a Senhora Presidente da Junta de Freguesia do Monte ter alertado o proprietário, apelou ao Senhor Presidente da Câmara para que tenha em atenção aquela situação, não só para a segurança das pessoas que vivem naquela zona, mas também porque aquele espaço vai tornar-se num problema de saúde pública, a exemplo do que aconteceu no passado. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal José Juvenal Nunes Rodrigues, do GMM** voltou a intervir para voltar a tentar esclarecer a Proposta de Recomendação daquela bancada, dizendo que o GMM chegou ao consenso de que não cabe no momento, fazer uma alteração tão profunda como propôs o Senhor Deputado Edgar Silva. -----

Como tal, consensualizaram que a proposta à votação apenas sofrerá a alteração do nome *Associação para Administração*. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** para responder às questões levantadas pelos (as) Senhores (as) Deputados (as): -----

- Sobre os requerimentos apresentados pelo CDS-PP e referidos pelo **Senhor Deputado Municipal Gonçalo Pimenta**, disse que embora já tenham respondido a alguns, reconhece que a resposta ao requerimento sobre a ARU está em falta, porque o Departamento Jurídico

ainda não conseguiu dar a resposta adequada. Porém responsabilizou-se para que o mais breve possível seja dada a devida resposta. -----

Relativamente ao requerimento da Empresa Municipal Frente MarFunchal, já foi respondido, tendo em conta e consideração as questões da proteção de dados das pessoas. -----

Quanto à solicitação sobre a Sondagem, também já foi dada a resposta que aquela Câmara não fez nenhuma sondagem relativamente às Eleições Autárquicas de dois mil e dezassete.

- Relativamente às questões levantadas pelo **Senhor Deputado Municipal Donato Macedo** sobre o índice de transparência, esclareceu que aquele ranking é elaborado com base na informação que é obtida nos sites das diversas Autarquias. -----

Por isso, reconhecendo que o site daquela Autarquia é muito mau do ponto de vista técnico, já têm um novo site praticamente pronto com outras funcionalidades, com outra clareza em termos de organização e informação, muito mais intuitivo e com melhor informação. -----

Pelo que já enviaram uma contra - resposta para esclarecer a classificação. -----

Salientou ainda, que em dois mil e treze tinham quarenta pontos e estavam no lugar sessenta e seis e em dois mil e dezasseis têm mais pontuação, quarenta e dois virgula três, e estão no lugar cento e noventa e um, o que significa que da análise feita em termos de transparência estão melhor, embora no ranking estejam pior porque com certeza outros Municípios naquilo que é a informação dos seus sites melhoraram subindo assim no ranking. -----

- **À Senhora Deputada Municipal Herlanda Amado** elucidou que o Plano Municipal de Combate do Desperdício Alimentar já foi esclarecido na reunião de Vereação, mas tem todo o gosto em comunicar-lhe que o mesmo está pronto. -----

Porém, não vão aprovar aquele Plano somente nas vertentes que foram recomendadas, porque aquela Autarquia tem também tudo preparado para brevemente assinar o Pacto de



Milão, que é assinado por muitas Cidades da Europa, e que vai mais além do que a questão dos desperdícios, pois refere-se à política de alimentação urbana, abrangendo uma área mais vasta de intervenção no que diz respeito à agricultura urbana, à questão do desperdício alimentar e à nutrição. -----

- Em relação ao problema levantado pela **Senhora Deputada Municipal Marisa Santos** clarificou que a ideia da intervenção na estação do Largo da Fonte surgiu, porque receberam reclamações de Municípes relativamente às questões de segurança e de salubridade daquele espaço, para além de que aquela zona necessita e será alvo de uma requalificação urbana, a exemplo da já anunciada requalificação do Centro Cívico do Imaculado Coração de Maria. -----

Informou ainda que não tem conhecimento do local onde está a ser depositado os bens do referido Senhor, pelo que através da Senhora Vice-presidente que tem essa tutela, irá verificar e inteirar-se da situação. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Edgar Freitas Gomes Silva, do PCP/PEV-CDU** fez uma interpelação à mesa para apelar ao GMM que uma vez que não está aberto nem a retirar nem a reestruturar ou reelaborar a proposta, que para além da alteração de Associação para Administração, que possa também considerar um outro aspeto que tem a ver com o teor do seguinte parágrafo: "...o referido espaço *vetado* ao abandono...", porque diz o contrário daquilo que quer propor, ou seja que está *votado* ao abandono. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** considerou pertinente aquela observação, porque realmente a expressão *vetado* ao abandono não tem o mesmo significado de *votado* ao abandono. -----

Como tal, questionou ao Senhor Deputado Municipal Juvenal Rodrigues se o GMM aceita que seja corrigida a palavra *vetado* para *votado*? -----

--- **O Senhor Deputado Municipal José Juvenal Nunes Rodrigues, do GMM** respondeu

que o que quis dizer no texto é que o Governo Regional e a APRAM usaram do seu direito de *veto*, para deixar aquele espaço ao abandono. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** insistiu que um direito de *veto* é estar contra ou obstaculizar algo, portanto *vetado* ao abandono quer dizer que está contra o abandono e não lhe parece que seja esse o espírito do teor do texto. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal António Domingos Sousa Abreu, do PPD/PSD** aludiu que seria melhor terem um novo texto, porque aquele está a ficar cada vez mais confuso e pode induzir que um voto favorável possa ser, não recomendar. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** voltou a questionar ao GMM se no teor do texto que irão votar, a palavra que vai estar inscrita é *vetado* ou *votado*? -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Guida Maria Vieira Martins, do GMM** respondeu que irão introduzir no texto duas correções que são: em vez de ser *Associação* é *Administração* dos Portos e em vez de *vetado* é *votado* ao abandono. -----

--- Após este esclarecimento o **Senhor Presidente da Assembleia** colocou a **Proposta de Recomendação** à votação sendo a mesma **aprovada por unanimidade** com trinta e nove votos a favor, sendo dezasseis do GMM, doze do PPD/PSD, cinco do CDS-PP, três do PCP/PEV-CDU e três dos Deputados Independentes. -----

--- Depois seguiu-se a votação do **Voto de Pesar pelo falecimento de Mário Soares** que foi **aprovado por maioria** com vinte e seis votos a favor, sendo dezasseis do GMM, quatro do CDS-PP, três do PCP/PEV-CDU, três dos Deputados Independentes e doze abstenções do PPD/PSD. -----

- **DECLARAÇÕES DE VOTO:** -----

1 – O Senhor Deputado Municipal António Domingos Sousa Abreu, do PPD/PSD declarou que o PPD/PSD reconhece e já publicamente fizeram declarações sobre a vida e a perda que foi a partida de Mário Soares. -----



No entanto, acham que a redação tal como está expressa, invoca e coloca questões que são inapropriadas designadamente à questão que a proposta faz, relativamente ao quesito de se comemorar o 25 de Abril a partir da pessoa em causa. -----

Opinando assim, que não fica bem o aproveitamento político de uma situação que seria obviamente unânime. -----

2 – O Senhor Deputado Municipal Sérgio Juvenal Jesus Abreu, do GMM refutou que o 25 de Abril e a liberdade que se comemora em Portugal deve-se ao Dr. Mário Soares, e nem o Grupo Municipal do PPD/PSD nem o Senhor Deputado Municipal Domingos Abreu poderão escamotear nem branquear a história. -----

Por isso, considera uma vergonha absterem-se a um voto de pesar do Pai da Democracia, aquele que trouxe a democracia à Região Autónoma da Madeira e dos Açores, aquele que levou o País para a União Europeia. -----

Como tal, o procedimento daquela bancada municipal, que não é o procedimento do PPD/PSD na Assembleia da República e da Assembleia Legislativa Regional, ficará registado em ata e na história daquela Assembleia Municipal. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** em conformidade com o teor do voto aprovado e respeitando a memória de Mário Soares, procedeu à realização de um minuto de silêncio. -----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

--- Entrando no período da ordem do dia, o **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** para apresentar o **Ponto Um - Informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade desta e da situação financeira do Município em observância do disposto na al. c) do nº 2 do art.º 25º da Lei nº 75/2013 de 12/09**, começando este por se referir ao Património e à ação de classificação das pontes e muralhas das ribeiras do Funchal como Património de Interesse Municipal, onde a Câmara tem tido uma ação de intervenção no sentido de preservar aquele património, seja

em histórico, seja em arquitetónico, e que tem sido alvo de muita polémica pela intervenção realizada nas Ribeiras pelo Governo Regional. -----

Relembrou que além das questões técnicas que têm acontecido entre os Serviços do Governo Regional e os Serviços da Câmara Municipal do Funchal, o próprio teve a iniciativa de requerer uma reunião com o Senhor Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares Europeus, que é quem tem a tutela das obras públicas na RAM, a qual se concretizou em julho do ano passado, com o objetivo de que quando se iniciassem aquelas obras de intervenção se garantisse que aquele projeto que tinha sido aprovado não fosse o executado. -----

Porém, não houve essa garantia porque foi levantada a questão da segurança, que na sua opinião com a técnica que existe em termos de construção e de engenharia era perfeitamente possível ter existido outra opção, como aliás se veio a comprovar e bem, com o recuo do Governo depois de uma forte intervenção da sociedade civil e daquela Câmara, porque estavam a referir-se a muralhas com mais de duzentos anos que nunca foram destruídas pela força da água. -----

Como tal, com a participação do historiador Emanuel Gaspar, foi feita a classificação de interesse municipal da Ponte Nova, da Ponte D. Manuel e da Ponte de São Paulo, que com a realização das respetivas fichas de inventário salvaguardam o futuro daquelas pontes. Iniciaram ainda a classificação das muralhas de Santa Luzia e de João Gomes, no sentido daquilo que resta não ser danificado por ação de quem quer que seja. -----

Por fim seguir-se-á também a classificação de interesse municipal da Ponte da Praia Formosa e da Ponte do Ribeiro Seco. -----

Depois, anunciou que ao abrigo do Programa Amianto Zero, que visa resolver um problema de décadas de requalificação dos Bairros Sociais camarários, irão já durante o próximo mês de março iniciar as obras no Bairro dos Viveiros, com a adjudicação da obra feita à empresa



que ganhou aquele concurso. -----

Também no dia vinte e oito do mês de março terão a honra de receber o Senhor Primeiro-ministro para inaugurar a Loja do Município, espaço que considera fundamental e um marco na modernização administrativa daquele Município. -----

Por essa razão e porque será uma mudança e uma transformação naquilo que é a relação da Câmara com os Municípios, muito se orgulham. -----

Sobre a obra física, informou que a mesma encontra-se praticamente concluída e que decorre a formação para os funcionários em duas áreas fundamentais, uma na formação em atendimento ao público, que nunca existiu naquela Casa, e outra ação na área da formação e gestão documental para os funcionários se adaptarem, porque há uma transformação na metodologia de trabalho. -----

Por último, comunicou que já foi adjudicada por trezentos e vinte mil euros a infraestrutura tecnológica de suporte àqueles sistemas informáticos. -----

Depois abordou o Apoio ao Associativismo, que conforme o seu regulamento não só as instituições se podem candidatar, como através das mesmas podem atribuir subsídios financeiros, pelo que nos últimos três anos duplicaram os apoios às instituições do Concelho do Município do Funchal. -----

Assim, no corrente ano atribuíram seiscentos e cinquenta e quatro mil euros às Associações do Município, porque reconhecem não só o mérito das mesmas como reconhecem que aquele apoio é essencial para o desenvolvimento e a qualidade das suas atividades. -----

Salientou ainda que devido à libertação do PAEL e à boa gestão da Autarquia só agora foi possível aquele apoio. -----

Ainda naquele contexto, destacou que a área da Cultura foi a área mais beneficiada com uma atribuição de cento e noventa e nove mil euros, e que naqueles três anos, esta cresceu oito vezes mais, assim como a área social que também cresceu três vezes mais. -----

Continuando, referiu-se ao projeto de seiscentos mil euros para recuperar os caminhos do Parque Ecológico, porque são fundamentais em duas áreas: travar a erosão e permitir a segurança, para em caso de algum incêndio ou de outra ocorrência, nomeadamente socorro de pessoas, poderem ser usados, com a particularidade que aquela recuperação será feita com materiais naturais. -----

Informou também que a Escola do Poço da Câmara que está desativada da sua função de escola, será alvo de uma intervenção para ser um Centro Cívico e também sede da Junta de Freguesia do Imaculado Coração de Maria, cujas obras irão avançar no valor de trezentos e oitenta mil euros. -----

Seguidamente informou que irão recrutar vinte e quatro Bombeiros no próximo mês de março e outros vinte e quatro para o próximo ano, pois desde dois mil e um não acontecia entrada de Bombeiros na corporação, agora chamada de Sapadores. -----

Como tal, fizeram um protocolo com os Bombeiros Sapadores de Lisboa, para os homens e as mulheres que entrarem naquele curso, poderem lá fazer a sua formação até seis meses. Porque são outros modelos de organização, outra partilha de experiências e outro conhecimento. -----

Prosseguindo informou que foram adjudicados setecentos mil euros para repavimentar doze estradas do Município. -----

Transmitiu também que foi aprovado o Plano para a Corrupção, que será importante para determinadas situações e para que as pessoas possam queixar-se, mas acima de tudo para os serviços estarem organizados e para as pessoas também saberem os seus direitos.

Concluiu dizendo que foram aprovados: -----

- A partir do Orçamento Municipal, treze projetos para casas afetadas pelos incêndios. ----
- A atribuição do Subsídio de Insularidade no valor de duzentos e setenta mil euros para os Funcionários e colaboradores da Autarquia. -----



INSCRIÇÕES: -----

1 – O Senhor Deputado Municipal Edgar Freitas Gomes Silva, do PCP/PEV-CDU começou por valorizar as questões dos Municípios relativamente às questões do aviário em São Gonçalo, e lamentar que esses compromissos assumidos com financiamentos comunitários, não tenham ido tão longe quanto se justificava. -----

Sobre o problema da Habitação no Concelho do Funchal, disse que o Senhor Presidente da Câmara falou do mesmo, de uma forma claramente insuficiente, o que os deixou preocupados. Porque fala de compromissos, de projetos, da recuperação da Habitação já existente, mas não tem dado ao longo dos anos, a intervenção que se justificava na mobilização de meios financeiros. -----

Considera aquele um problema gravíssimo, porque no debate que foi promovido naquela Assembleia, por iniciativa daquela bancada, o número oficial de candidaturas para habitação social na altura, eram cerca de três mil e quinhentas e na prestação de informação por parte do Senhor Presidente, o número de candidaturas só no último período foi de mais de quarenta e seis. -----

Para além de que aquele problema é agravado pela mobilização extraordinária de meios, para a catástrofe do 20 de fevereiro de 2010 e das vítimas dos incêndios. Porém aqueles não podem anular os deveres públicos de responder aos milhares de Funchalenses que aguardam por uma habitação social. -----

Assim, aquele problema requer respostas extraordinárias e a mobilização de meios extraordinários para fazer do problema da habitação, a grande prioridade da intervenção da Autarquia em interação com o Governo Regional da Madeira, para que aquele, mobilizando meios de pressão política junto da República, percebam que o problema da Habitação na Madeira requer também programas extraordinários de apoio à Região. -----
E isso é possível comprovar através do Orçamento de Estado, porque a proposta aprovada

e apresentada pelo Vereador do PCP/PEV-CDU, em que o PER - Plano Especial de Realojamento tinha que ser estendido à Madeira, não está lá contemplado. -----

Por isso, perguntou ao Senhor Presidente da Câmara, quantas é que são neste momento, o número de famílias carenciadas com urgência social? Uma vez que o número de inscrições que está a acontecer ao mês é muito maior, do que o que a Câmara está a construir ao ano. -----

Terminou alertando que em relação à gestão da lista de espera, tem de existir, com total transparência, uma informação a todos os cidadãos sobre a definição das prioridades na atribuição da Habitação Social. -----

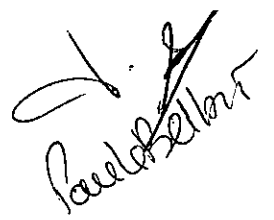
2 – O Senhor Deputado Municipal Américo João da Silva Dias, do CDS/PP em primeiro lugar manifestou que deveria de ser dado aos Deputados, alguma margem de tolerância quanto aos tempos para poderem intervir, porque o seu colega Deputado terminou mesmo em cima do tempo, sendo já a segunda vez que não consegue falar antes da ordem do dia. Depois referindo-se à questão que queria abordar sobre o problema da Habitação, concorda totalmente com aquilo que foi dito pelo Senhor Deputado Edgar Silva, acrescentando apenas que aquela questão deveria de ser a bandeira, não só daquela Câmara mas do Governo Regional e do Governo da República essencialmente, porque trata-se de um desígnio constitucional do direito condigno à Habitação. -----

Em relação à questão do ponto um da ordem do dia questionou: -----

- Quando deixa de estar em processo de revisão e passa efetivamente a ser esclarecido o Programa Câmara à Porta? E quantos munícipes é que estão abrangidos pelo mesmo? --

- Uma vez que neste ano, provavelmente no verão, é que será feito a repavimentação da maior parte das vias do Funchal, porque é que ao longo deste mandato não foi feita essa intervenção e se deixou chegar àquele ponto? -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** esclareceu o Senhor Deputado Municipal



Américo Dias, que a primeira responsabilidade que terá de assacar da situação de não ter tido tempo para intervir, deverá ser ao Senhor Deputado Municipal Gonçalo Pimenta, porque realmente pela segunda vez excedeu o tempo que está previsto para a totalidade do grupo durante o PAOD. -----

Como tal, aconselhou para que dentro do grupo façam uma gestão mais eficaz do tempo.

3 – O Senhor Deputado Municipal José Maria Abreu Barros, do CDS-PP colocou o seguinte pedido de esclarecimento: -----

- No âmbito da Fiscalização de Obras, como é que a Câmara efetua a fiscalização das obras em execução, uma vez que tem conhecimento de uma obra sita à Rua dos Ilhéus, com o processo camarário 50698 de 2016, que se encontra em fase de apreciação, mas tendo a obra já sido realizada? -----

4 – A Senhora Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado, do PCP/PEV-CDU questionou se as verbas da conta solidária relacionada com os incêndios já foi utilizada? Em que montantes? E que número de pessoas foram abrangidas? -----

5 - O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, do CDS-PP face à entrevista concedida ao Tribuna da Madeira no dia vinte e cinco de janeiro do corrente ano, pelo Senhor Presidente da Câmara, que sublinhou já ter dado oportunidade de emprego a duzentas pessoas num ano e meio, fez as seguintes questões e observações:

1 – No presente Relatório de Atividades o número dos Municípes apoiados por aquele programa é de cento e noventa e oito, por isso gostariam que essa notícia fosse corrigida, porque isso revela que quando apresentaram os números, a oposição se calhar contesta de uma forma e quem está no poder de outra. -----

2 – Também gostariam de saber se a definição de utentes ativos, noventa e dois, no polo de emprego de novembro a dezembro de dois mil e dezasseis é, uma definição jurídica ou uma definição do ponto de vista de trabalho? -----

3 – De acordo com a política de emprego que aquela Câmara tem explanado, explicado, explicitado, vincado e sublinhado, questionou se o Senhor Presidente da Câmara considera pouco ou muito, o número de utentes nos polos de emprego da Câmara Municipal do Funchal? -----

6 - O Senhor Deputado Municipal Donato Paulo Vares Macedo, Independente solicitou os seguintes esclarecimentos: -----

1 – Sobre as matilhas errantes que andam cada vez mais no Concelho do Funchal, gostaria de saber se o plano que o Executivo tem em execução é o adequado? -----

Se está planeado algum reforço na melhoria do quadro das esterilizações, por exemplo, porque o que se observa é manifestamente insuficiente, uma vez que a Associação com quem a Câmara protocolizou a gestão do chamado canil municipal, afirmou publicamente que apenas consegue fazer vinte esterilizações por mês. -----

2 – Para poder aferir um pouco sobre a viabilidade e o sucesso do cartão Funchal Card, perguntou quantos cartões já foram vendidos? -----

3 – Referindo-se a alguns fontenários do Concelho do Funchal, como o do Largo do Chafariz e o que está junto à Praça do Município, que se encontram com problemas de funcionamento e a verter água para os passeios, questionou se há alguma intervenção pensada para aquele equipamento? -----

4 – Por fim referindo-se à questão formal do próprio relatório, que ali foi já por diversas vezes ventilada, quer na substância quer sobretudo na forma, apelou para que seja mais condignamente elaborado e que haja algum cuidado na verificação da redação daquele documento e da validação do que lá está contido, pois é um documento que não é uma mera formalidade porque é para ser submetido ao escrutínio daquela Assembleia. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** para prestar os devidos esclarecimentos aos (às) Senhores (as) Deputados (as) Municipais:



- **Ao Senhor Deputado Municipal Edgar Silva**, disse partilhar muito daquilo que são as suas preocupações relativamente à Habitação no Município do Funchal. Todavia, é um problema com mais de três mil inscritos na Empresa Municipal SocioHabitaFunchal e o investimento que implica, é tão avultado que não pode ser só de única e exclusiva responsabilidade da Câmara, terá de ser também do Governo Regional e do Governo da República, tal como o Senhor Deputado o reconheceu. -----

Assim, para colmatar as necessidades habitacionais do Município do Funchal fizeram um cálculo a uma estimativa necessária de cerca de cento e vinte e cinco milhões de euros. -- Porém, aquele Executivo nunca recebeu qualquer verba, seja do IHRU, seja por parte do Governo Regional para as questões de habitação social, como usufruiu o Executivo anterior. -----

Como tal, preocuparam-se em ter uma boa gestão financeira para possibilitar que a Autarquia pudesse recorrer ao financiamento contratualizando empréstimo para as questões da habitação, nomeadamente o Programa Amianto Zero porque é um problema com mais de trinta anos que trazem problemas de saúde pública e da saúde daqueles que ali vivem. Logo, não podem olhar só para as pessoas que têm necessidade de habitação e descurar aqueles que são os inquilinos camarários. -----

Esclareceu ainda que para além dos Programas do Amianto Zero têm também a preocupação do valor das rendas, por isso foi criado o Subsídio Municipal ao Arrendamento, para que os Munícipes que estejam em condições possam usufruir do apoio até cento e vinte e cinco euros, evitando assim que adensem a lista de candidatos a habitação social. Aproveitando este contexto esclareceu que aquela Câmara, numa questão de transparência, elaborou um Regulamento para atribuição das habitações sociais, que está publicado e poderá ser consultado no site da Empresa Municipal SocioHabitaFunchal, ocultando, obviamente, os nomes e a privacidade das pessoas. -----

Terminando este esclarecimento informou que no dia vinte e dois de fevereiro abriu um Programa de Reabilitação dos Bairros Sociais, mas essa abertura, por culpa do Governo Regional, não foi em termos de candidatura e de intenção, aberto para a Região. ----- Assim aquelas verbas do FEDER não vão chegar à Região, apesar de a nível nacional outros Municípios poderem concorrer e o Município do Funchal não o poder. ----- Acrescentou ainda que da parte do Governo Regional as verbas de Fundos Europeus têm sido todas e exclusivamente canalizadas para o IHM, não tendo aquela Autarquia, recebido absolutamente nada. -----

- **Ao Senhor Deputado Municipal Américo Dias** disse que quer que fique definitivamente esclarecido que politicamente assumem que o Programa Câmara à Porta, na forma como está construído não é eficaz e que por isso está suspenso para ser revisto. -----

Contudo, esta delonga também se deve à dificuldade de trabalho e recursos humanos que a estrutura da Câmara tem tido, porque aquela Câmara por ser um deserto de programas sociais, os departamentos, nomeadamente relacionados com aquela área, não têm conseguido dar resposta. -----

Quanto às vias de acesso e à repavimentação, disse que enquanto não terminar as obras e o estaleiro no centro do Funchal é impensável, não só pela questão do caos de trânsito, como pelo facto de os camiões e maquinaria andarem a intervir. -----

Porém, já têm intervindo em muitas zonas da Cidade e de pavimentação de raiz, como: Três Paus a Viana, Santa Quitéria, Barreira, Trapiche, Curral Velho, Caminho da Fé, Poço Barral, e ainda as Zonas Altas e os Lombos da Cidade que já estão todas realizadas. -----

- À questão do **Senhor Deputado Municipal José Maria Barros** esclareceu que habitualmente a Fiscalização intervém, ou por iniciativa própria na fiscalização normal do planeamento que é feito dos trabalhos e da atividade fiscalizadora, como também quando há uma queixa. -----


Paulo Belbra

Mas relativamente ao processo em concreto irá tentar saber o que é que se passou. -----

- **À Senhora Deputada Municipal Herlanda Amado** informou que sobre as questões caluniosas levantadas por um Ex-vereador daquela Câmara, relativamente à atuação daquela Autarquia com a Conta Solidária, foram já esclarecidas e estão a ser alvo de um processo judicial. -----

Depois respondeu que foram aprovados e estabelecidos por unanimidade na reunião de Câmara, critérios de atribuição e regras de uso do dinheiro da Conta Solidária, tendo já sido abrangidas quarenta e cinco famílias no valor de mais de quarenta mil euros. -----

Ficaram ainda disponíveis e estão neste momento a ser processados, cento e trinta e sete mil euros, para brevemente serem disponibilizados para a ajuda a todos os munícipes que foram afetados pelos incêndios. -----

- **Ao Senhor Deputado Municipal Gonçalo Pimenta** começou por responder a uma questão anterior que ficou por esclarecer, que diz respeito às ações promovidas pelo Ambiente, dizendo que ainda não têm os números do ano de dois mil e dezasseis. -----

Contudo, em ações de sensibilização de Educação Ambiental foram realizadas visitas e abrangidas mil duzentas e noventa e duas pessoas à Estação dos Viveiros. Em outras ações de sensibilização externas foram abrangidas seis mil e cinquenta e sete pessoas, realizadas duas ações em Bairros Sociais e foram visitadas dezanove escolas. -----

Têm também a prevenção dos resíduos, o Clean Up The World, a Semana do Ambiente e outra série de ações. -----

Depois à questão dos polos de emprego informou: -----

- No Programa Municipal de Ocupação e Formação em Contexto de Trabalho, no presente entraram mais vinte candidatos pelo que já foram apoiados mais de duzentos Munícipes. -

- Quanto aos Polos de Emprego, em novembro e dezembro tiveram onze novos utentes e utentes ativos têm um total de noventa e dois. -----

Sobre aquela questão do emprego realçou que apesar das diligências que a Autarquia tem feito, as receitas do Fundo Social Europeu são todas canalizadas para o Instituto de Emprego. Como tal, aqueles mais de duzentos empregos que criaram, são exclusivamente financiados pelo Orçamento Municipal. -----

- **Ao Senhor Deputado Municipal Donato Macedo** disse que a questão das matilhas e da causa animal são questões que também os preocupa. Contudo, sabem que não são efetuados quaisquer abates ou a prática de eutanásia relativamente àqueles animais errantes, a não ser nas circunstâncias que estão determinadas em lei e regulamentadas por aquela Câmara, que foi pioneira ao nível de pôr fim àquela prática de abate. -----

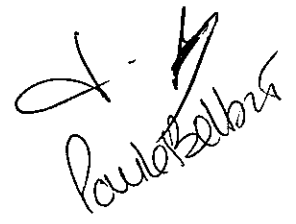
Sobre a esterilização esclareceu que têm protocolos com a AMAIS e com a AMAW e que no âmbito da Associação de Municípios, têm já o caderno de encargos e está a decorrer o procedimento concursal, para esterilizações em toda a Região, sendo o Funchal beneficiado naquele primeiro pacote com mil e setecentas esterilizações financiadas pela AMRAM. -----

Em relação ao cartão Funchal Card no momento não tem números que possa facultar, e embora reconheçam que é um programa novo que demorará algum tempo até se implementar, consideram um projeto importante que congrega diversas opções de experiências na Cidade. -----

Ultimou dizendo que os Fontenários são uma marca da Cidade e de usos antigos, mas que devem ser preservados e que têm utilidade. -----

Reconhece que há derrames, mas são situações que não são fáceis de resolver, porque já houve intervenções que depois voltaram ao mesmo, todavia é uma matéria que em termos de obras públicas irão dar toda a atenção. -----

Por fim elogiou o trabalho exemplar que algumas Juntas de Freguesia têm feito nos Fontenários das suas freguesias. -----



--- A intervenção da **Senhora Deputada Municipal Raquel João Martins Silva, do PPD/PSD** prendeu-se com a intervenção feita pelo Senhor Deputado Municipal Edgar Silva relativamente à Habitação Social, e em relação à explicação que foi dada pelo Senhor Presidente da Câmara nesse ponto, porque esclareceu que as estratégias de intervenção para a falta de habitação social e para o número de inscritos que existe na Empresa Municipal SocioHabitaFunchal, findos quase quatro anos de mandato, limita-se à intervenção do Programa Amianto Zero que vai ser feita em termos de Bairros Sociais, e ao Subsídio Municipal de Arrendamento para que de alguma maneira venha diminuir essa afluência àquela empresa. -----

Depois pediu que lhe fosse explicado porque é que a culpa é do Governo Regional por o plano especial de recuperação não abranger a Madeira, uma vez que o mesmo cinge-se às áreas metropolitanas de Lisboa e Porto? -----

--- **O Senhor Presidente da Câmara** começou por referir que em termos da política da Habitação no Município do Funchal, há a responsabilidade do Governo Regional, através do IHM e a responsabilidade da Câmara Municipal do Funchal, através da SocioHabitaFunchal. -----

Mas falta uma articulação entre aquelas duas entidades, pelo que deveria de existir concertação entre as mesmas, tendo este já manifestado toda a disponibilidade e interesse para que isso aconteça. -----

Depois explicou que a política de Habitação daquela Autarquia, era que a atribuição de habitação às pessoas fosse da necessidade de determinado momento e não com carácter permanente. Mas sabem que isso é quase impossível de acontecer, porque aquele problema é de crescimento económico e da situação das pessoas, que não lhes permite com os seus meios poderem ter a sua própria habitação. -----

Por isso o que têm feito é uma política social virada para a habitação com os programas: -

- Programa Amianto Zero, onde os bairros sociais são demolidos e construídos integralmente. -----

- Subsídio Municipal de Arrendamento, para evitar que ingressem mais pessoas numa lista que já é extensa. -----

- PRESERVA – Programa de Reabilitação de Habitações Degradadas para Agregados Familiares com Carências Económicas. -----

Sobre questão do programa de apoio ao financiamento, explicou que não é só a Região Norte e a Região de Lisboa que podem usufruir daqueles apoios. Porque na verdade o Programa Ocupacional da Região, por opções do Governo Regional, não abrangeu a habitação social como estando elegível, para a Câmara, ou outro, poder se candidatar. ---

--- Ao pedido de intervenção da **Senhora Deputada Municipal Herlanda Amado**, o Senhor Presidente da Assembleia advertiu que a Vereação já esgotou o seu tempo de intervenção, ficando assim impossibilitada de prestar esclarecimentos. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Herlanda Amado** propôs à Mesa que dos quatro minutos que aquela bancada ainda dispõe, cediam três minutos à Vereação para prestar os devidos esclarecimentos. -----

--- Não havendo objeção a Mesa consentiu a abertura de precedente e deu a palavra à **Senhora Deputada Herlanda Amado**, que na sequência das várias intervenções sobre a questão da Habitação Social e embora subscrevam os apoios na sua génese global, no particular existem questões que gostaria que fossem esclarecidas, tais como: -----

- Para além de considerar que pelos números apresentados o Programa de Apoio ao Subsídio Municipal ao Arrendamento é insuficiente, perguntou quantas famílias, que faziam parte das três mil e quinhentas inscritas na Empresa Municipal SocioHabitaFunchal, saíram por terem obtido o referido subsídio? -----

- Quantas famílias é que atualmente estão inscritas para ter uma habitação social? -----


Paulo Bettencourt

--- **O Senhor Presidente da Câmara** respondeu que no momento não tem esses dados, mas julga que no presente devem de estar inscritos na lista da Empresa Municipal SocioHabitaFunchal, cerca de três mil e trezentos inscritos. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, do CDS-PP** também com a autorização da Mesa, cedeu alguns minutos da sua bancada ao Senhor Presidente da Câmara, para este poder responder aos seguintes pedidos de esclarecimento: -----

- Qual é a obra emblemática de natureza habitacional realizada no Funchal pelo Executivo atual? -----

- Qual é a obra emblemática de cariz social para as pessoas que esperavam mais e melhor na Cidade do Funchal, em termos de resposta célere daquele Executivo na resolução imediata dos seus problemas? -----

- Mediante o número de pessoas abrangidas pelo Programa PRESERVA, a exemplo do Programa Câmara à Porta, admitem que este foi mais um projeto do fundo de investimento social que falhou? -----

- Será que o estilo de comunicação do ponto de vista da falta de diálogo, de concertação e de um posicionamento consensual, entre o Governo Regional da Madeira e a Câmara Municipal do Funchal, esquecendo as quezílias políticas entre o Senhor Presidente da Câmara e o Presidente do Governo Regional, não tem que acabar de uma vez por todas para que os cidadãos do Funchal mereçam o diálogo e uma concertação entre o Governo Regional e a Câmara Municipal do Funchal? -----

- Se o Governo da República através do IHRU não tem contemplado nenhuma verba para a Câmara Municipal do Funchal, porque é que nas reuniões sucessivas que têm tido com o Governo da República, não fez uma intervenção construtiva no sentido de defender os interesses dos Funchalenses? -----

--- **O Senhor Presidente da Câmara** clarificou que não vivem de obras emblemáticas, mas sim do trabalho que fazem diariamente com as pessoas e na resolução de outros pequenos problemas. -----

Por isso, existe intervenção naquele mandato, nomeadamente no que diz respeito ao Amianto, que é um problema gravíssimo e que devido à intervenção daquele Executivo terá uma resolução. -----

Quanto à questão do Programa PRESERVA, resume-se a dez pessoas abrangidas porque os outros casos foram reprovados devido a urbanisticamente não ser possível intervir, e por não quererem ser cúmplices de ilegalidades, como foi a ASA condenada pelo Tribunal de Contas, por atribuir materiais cometendo ilegalidades do ponto de vista urbanístico com consequências catastróficas para a segurança e vida das pessoas. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Raquel João Martins Silva, do PPD/PSD** também com autorização da Mesa cedeu tempo da sua bancada para o Senhor Presidente da Câmara poder responder ao seu pedido de esclarecimento. -----

Referindo-se à explicação que foi dada sobre a intervenção da Câmara em relação à questão da Habitação Social, disse que o PRESERVA e o Subsídio Municipal ao Arrendamento não resolve os problemas de habitação social, porque isso não diminuiu o número da lista de pessoas inscritas. -----

Também concorda que o ideal seria que algumas das pessoas que estão nos bairros sociais, pudessem criar estímulos para também um dia terem a sua habitação. -----

Mas a Autarquia também podia fazer intervenção na área social para as pessoas que já têm habitação própria, ou para aquelas que de alguma forma querem lutar pela sua autonomia em termos habitacionais, e que recorrem aos subsídios para poderem ter a sua casa. -----

Porque o problema da habitação social não é só um problema de carência financeira, às


Paulo Roberto

vezes é da própria estrutura e capacitação da pessoa, para poder se autonomizar na sociedade, por isso aquele é um trabalho muito para além da mera atribuição de quatro paredes. -----

Sobre as obras para a retirada do Amianto, questionou: -----

- Aquilo que vai ser destruído e reconstruído na mesma área, não é para os mesmos que estavam no que foi destruído? -----

- O que é que vai ser efetivamente feito? -----

- Quantas pessoas vão ser retiradas dessa lista? -----

- As listas vão efetivamente diminuir? -----

Depois referiu que, assim como o Governo Regional, as Autarquias têm um orçamento próprio e têm opções de investimentos que permitem ao Executivo das mesmas, decidir o que quer fazer, como é que quer fazer e o que é que vai afetar financeiramente para concretizar. Por isso, não têm que estar sistematicamente a atirar para o Governo a incapacidade para ter uma estratégia para a habitação social e para tantas outras áreas. -

Sobre a questão do PER, disse que não é verdade o que foi dito sobre as áreas metropolitanas, da inelegibilidade das despesas e da opção política do Governo. Como tal, julga que devia de haver mais responsabilidade e maior honestidade política quando se fazem aquelas afirmações. -----

--- **O Senhor Presidente da Câmara** disse não ter mais nenhum esclarecimento a fazer. -

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** comunicou que por lapso da Mesa não foram votadas as atas das últimas três sessões que ocorreram em setembro, novembro e dezembro, por isso pediu a todos (as) os (as) Senhores (as) Deputados (as) desculpa pelo mesmo. -----

Depois passou à votação das seguintes Atas da Assembleia: -----

- **Ata da Sessão Ordinária de trinta de setembro de dois mil e dezasseis**, foi aprovada

por unanimidade com quarenta e um votos a favor, sendo dezasseis do GMM, catorze do PPD/PSD, cinco do CDS-PP, três do PCP/PEV-CDU e três dos Deputados Independentes. -----


- **Ata da Sessão Ordinária de catorze de novembro de dois mil e dezasseis**, foi **aprovada por unanimidade com quarenta e um votos a favor**, sendo dezasseis do GMM, catorze do PPD/PSD, cinco do CDS-PP, três do PCP/PEV-CDU e três dos Deputados Independentes. -----

- **Ata da Sessão Extraordinária de vinte e um de dezembro de dois mil e dezasseis**, foi **aprovada por unanimidade com quarenta e um votos a favor**, sendo dezasseis do GMM, catorze do PPD/PSD, cinco do CDS-PP, três do PCP/PEV-CDU e três dos Deputados Independentes. -----

--- Passando ao **Ponto Dois - 1ª Revisão ao Orçamento – Ano Económico 2017**, em observância da al. ccc) do nº 1 do art.º 33º e para efeitos da al. a) do nº 1 do art.º 25, da Lei nº 75/2013 de 12/09, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara o qual a passou ao **Senhor Vereador Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia**, que explanou o seguinte: “Se me permitem, na parte da manhã não foi dito ao Senhor Deputado Municipal Donato Macedo que de facto os Fontenários que referiu, estão já a ser recuperados e corrigidas as questões do derrame tendo sido muito oportuna a sua questão. -----

Falando em relação à 1ª Revisão ao Orçamento, aquilo que se está a propor é a aprovação de uma Revisão Orçamental em relação ao Orçamento de 2017, incluindo algumas receitas de fundos comunitários que foram aprovadas após 31 de outubro de 2016, que foi a data que fechamos o orçamento. -----

Portanto, não podendo inclui-las nessa altura, porque não estavam aprovadas pelas autoridades de gestão correspondente, estamos a inclui-las na primeira Assembleia



Municipal de cada ano como mandam as regras. A saber são: -----

- No POSEUR submetemos dois conjuntos de candidaturas. Um conjunto de candidaturas que são a pré-consolidação das escarpas, a candidatura no aviso das questões ambientais para as ilhas ecológicas e os respetivos veículos, para poder fazer o tratamento das mesmas, que já estão aprovadas, daí estarmos a inscrever um milhão e trezentos e setenta e dois mil euros. -----

- No Programa Rumos inscrevemos nove mil quatrocentos e quinze euros que é o fecho do antigo QREN, antigo quadro comunitário do Programa Rumos Para Formação. -----
Isto eram as receitas que estavam por liquidar e foram liquidadas este ano e então temos que inscrevê-las no orçamento. -----

- E ainda o FSUE - Fundo de Solidariedade da União Europeia, que como sabem neste momento foi aprovado pela Comissão Europeia, um valor global de cerca de 3,9 milhões de euros, para fazer face aos incêndios de agosto do ano passado. -----
Sendo que ao Município do Funchal coube um milhão e noventa e cinco mil euros para fazer face a 3 eixos de investimento, nomeadamente: infraestruturas de água e saneamento básico afetadas, limpezas em redes urbanas e florestais e também algumas infraestruturas de escolas do primeiro ciclo. Pelo que aquilo que foi disponibilizado como um adiantamento foram 10% deste montante para a Região, desses 10% cabe ao Funchal a quantia de cento e nove mil euros, faltando a aprovação que é neste momento a fase em que se encontra do Parlamento Europeu. -----

A Comissão propôs 3,9 milhões de euros, com esta aprovação pela Comissão liberta-se 10% das verbas sendo que os restantes 90% serão libertados após a aprovação pelo Parlamento Europeu, por isso que na rubrica inscrevesse 10%. -----

Em virtude de alguma antecipação de pagamentos que se fez no final do ano passado, nomeadamente nos acordos de regularização de dívida com água e resíduos à antiga

Empresa Valor Ambiente e antigo IGA, agora ARM, e também à Empresa de Eletricidade, estamos a reafectar essas verbas que foram liquidadas no final do ano passado por outros projetos, de acordo com as modificações ao orçamento da despesa que também estão aí demonstrados e presentes. -----

Poderia ter sido inscrito uma verba que foi noticiada relativamente há poucos dias, que é a verba referente à expropriação da Praça da Autonomia que o Tribunal deliberou de 2,8 milhões de euros, que o Governo Regional deve pagar ao Município do Funchal. Esse montante não foi inscrito ainda nesta Revisão Orçamental, será inscrito com certeza na Revisão Orçamental que se fará em abril para inclusão do saldo de gerência também do exercício do ano passado.” -----

- **INSCRIÇÕES:** -----

1 – O Senhor Deputado Municipal Eduardo Pedro Welsh, Independente manifestou que o que foi explicado difere um pouco do que está contido na proposta, por isso julga que seria de rever aquele texto para ficar de acordo com a realidade. -----

2 - A Senhora Deputada Municipal Raquel João Martins Silva, do PPD/PSD no que diz respeito à rubrica para as instituições sem fins lucrativos, expressou a seguinte dúvida: “Atendendo que foram apresentadas e têm sido apresentadas algumas candidaturas a apoios e tendo presente o regulamento que também foi aprovado, sabemos que as instituições têm um prazo para entregar as candidaturas até 31 de agosto, para depois o próprio Executivo camarário poder incluir esses apoios no Plano e no Orçamento, para apoiar essas instituições no ano seguinte. -----

Se assim é, porque é que só agora estão a ser inscritos 25 mil euros para as instituições sem fins lucrativos? -----

Se estão a ser aceites candidaturas fora de prazo? -----

Se essas candidaturas fora de prazo estão devidamente fundamentadas pelos serviços ou

J. Paulo Beltr

diretamente pela Presidencia que chamou a si? -----

Porque não queremos crer que isto está a ter um tratamento diferente para umas em relação a outras, e que depois isto tenha uma leitura de aproveitamento político face às eleições que aí se avizinham." -----

--- **O Senhor Vereador Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia** começou por explicar:

"Senhor Deputado Municipal Eduardo Welsh, aquilo que eu falei sobre as alterações orçamentais não aumenta a globalidade do orçamento, o que há é uma reafectação de uma rubrica que era rubricas que estavam inscritas como acordos de regularização de dívida, reafectação noutros projetos porque foram liquidados no ano passado. -----

Porquê que dá-se aqui a ênfase na revisão orçamental às receitas extraordinárias? –

Porque só na Assembleia é que temos competências para acrescentar ao orçamento. Uma alteração orçamental é da competência, neste caso do Vereador com competências delegadas, neste caso posso eu autorizar. Daí que aquilo que se está aqui na prática a votar é a inscrição de um milhão e quatrocentos e noventa e um mil euros e isto só pode ser feito aqui na Assembleia. -----

Por isso, o articulado na proposta vem dar uma maior ênfase nestas receitas do que nas alterações orçamentais, e eu aproveitei para vos dizer que de facto também estão aqui incluídas, mas esta é uma competência que poderia ser subscrita por mim e esta é a justificação. -----

Em relação ao que foi levantado pela **Senhora Deputada Municipal Raquel Silva**, aquilo que se está aqui a inscrever, são as transferências de capital e isto é uma questão contabilística, porque quando se dá um apoio e esse apoio serve para apoiar ou financiar atividades desportivas, deve de ser enquadrado contabilisticamente como despesas correntes. -----

Quando se dá um apoio e esse apoio serve para criar algum ativo para a instituição que

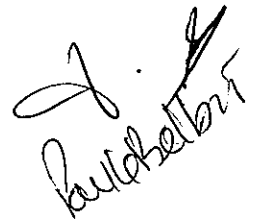
nós cedemos, esse ativo deve de ser registado e criado uma rubrica como transferências de capital, posso dar um exemplo: o PRESERVA. -----

Nós o que estamos a fazer com o PRESERVA é a recuperar habitações das pessoas, ao estarmos a recuperar uma habitação, estamos a financiar uma despesa de capital porque a casa fica valorizada. Não sendo da Câmara era prática ou era entendimento durante muitos anos, até com a ASA foi assim, era inscrito como despesas correntes, no entanto atualmente, à luz daquilo que é considerado as boas práticas orçamentais deve de ser inscrito como despesas de capital, porque ainda não sendo o ativo da Câmara que beneficia, é o ativo da entidade a quem nós estamos a dar a transferência. -----

Portanto, dentro dos apoios algumas transferências são para atividades e outras são para benefício de algum tipo de investimento que melhore o imobilizado daquela instituição. Como tal, deve de ser inscrito nesta rubrica que não estava aberta no início do ano, por isso é que se abriu, nós não estamos a acrescentar 25 mil euros mas estamos sim a retirar do que estava inscrito nas despesas correntes para criar como transferências de capital. - Se reparar, isto fica no zero oito que é a única rubrica que tem no zero oito que é transferências de capital, tudo o resto são despesas correntes, isto é para dentro das candidaturas que já existem, poder classificá-las corretamente de acordo com as normas orçamentais.”-----

--- Não havendo mais inscrições o **Senhor Presidente da Assembleia** passou à **Votação do Ponto dois – 1ª Revisão do Orçamento – Ano Económico de 2017** que foi **aprovado por maioria** com vinte e quatro votos a favor, sendo dezasseis do GMM, três do CDS/PP, dois do PCP/PEV-CDU, três dos Deputados Independentes e catorze abstenções do PPD/PSD. -----

--- O **Senhor Presidente da Assembleia** por indicação do Senhor Presidente da Câmara voltou a dar a palavra ao **Senhor Vereador Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia** para



a apresentação do **Ponto Três - Contrato-programa a celebrar com a SocioHabitaFunchal E.M, em observância do nº 5 do art.º 47º da Lei 50/2012 de 31/08** começando este por informar: “Vamos voltar a celebrar um Contrato-programa com a Empresa Municipal SocioHabitaFunchal. A exemplo de anos anteriores aquilo que se propõe este ano, é um montante de subsídio à exploração de trezentos e oitenta e quatro mil e quatrocentos e quarenta e sete euros, que serve para o Município suportar os encargos sociais. -----

Ou seja, o diferencial entre a renda técnica e a renda social, porque socialmente é a Câmara que suporta este investimento social, portanto, aquilo que se vem aqui propor é voltar a fazer este tipo de Contrato a exemplo de anos anteriores mantendo sensivelmente o mesmo montante que é ligeiramente acima do ano passado. -----

Também se se recordam na última Assembleia de 2016, fizemos um reforço de vinte e poucos mil euros, porque as condições socio económicas fazem com que as famílias tenham menos rendimento, logo, pagam menos renda o que significa que o suporte social das rendas também aumenta. Como tal, aquilo que vem aqui propor é precisamente a celebração deste Contrato-programa.” -----

--- Não havendo inscrições o Senhor Presidente da Assembleia colocou o **Ponto Três - Contrato-programa a celebrar com a SocioHabitaFunchal E.M** à votação tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade** com trinta e oito votos a favor, sendo dezasseis do GMM, catorze do PPD/PSD, três do CDS-PP, dois do PCP/PEV-CDU e três dos Deputados Independentes. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia disse que relativamente ao **Ponto Quatro - Relatório Anual de Atividades referente ao ano 2016, da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do Funchal, em observância do disposto no nº 2 do art.º 32º da Lei nº 147/99 de 1/09**, o mesmo foi remetido dentro do prazo legal àquela Assembleia

Municipal, enviado em tempo útil a todos (as) os (as) Senhores (as) Deputados (as) Municipais para conhecimento, e agendado para aquela Assembleia para ser apreciado nos mesmos moldes que tinha sido feito no ano transato. -----

Contudo, naquela manhã deu entrada um requerimento por parte do Grupo Municipal do CDS-PP, suscitando que a apresentação daquele Relatório ficasse a cargo de um relator nomeado pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do Funchal. -----

Para o efeito, invocam um articulado da lei o qual unicamente o que explicita é a composição dos quatro elementos que são eleitos e designados pela Assembleia Municipal para compor a referida Comissão. -----

De qualquer modo, aquando do recebimento daquele requerimento, a Mesa reuniu extraordinariamente os Líderes dos Grupos Municipais, ficando consensualizado dar provimento àquele requerimento e pedir à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do Funchal, que indique um representante da mesma para fazer a apresentação do relatório na Assembleia Municipal. -----

Dado provimento ao requerimento, significa que terão de aguardar que a Comissão indique o relator, não podendo assim o ponto ser discutido naquela Assembleia Ordinária. -----

Nesse sentido, irá diligenciar para que na próxima sessão da Assembleia Municipal do mês de abril, a CPCJ indique a pessoa que em nome da mesma irá apresentar o referido relatório. -----

No entanto, frisou que essa apresentação não impede que depois tanto a Vereação, como os Grupos Municipais possam intervir nos moldes que estão previstos regimentalmente, para a discussão de qualquer ponto na ordem de trabalhos. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Sérgio Juvenal Jesus Abreu, do GMM** objetou que a Mesa está a aceitar um requerimento que não tem qualquer cabimento legal, porque a alínea i) do artigo 17º aponta a composição da Comissão de Proteção de Crianças e



Jovens, que se refere aos quatro cidadãos eleitores que foram eleitos por aquela Assembleia Municipal. -----

Como tal, é de opinião que deveriam discutir aquela matéria como fizeram nos outros anos e no passado com a anterior Vereadora Rubina Leal, porque aquele Relatório é elaborado a nível nacional e é preenchido numa reunião da CPCJ, não podendo ser alterado, suscitando recurso para o plenário daquela decisão. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** clarificou que apesar de a Mesa apresentar o que foi decidido na reunião de Líderes, a mesma não poderá obstaculizar a possibilidade de um Senhor Deputado que discorda, de recorrer dessa decisão para o plenário porque regimentalmente é uma prerrogativa que lhe assiste. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Eduardo Pedro Welsh, Independente** pronunciou-se dizendo que apesar de não estarem presentes na reunião de Líderes, julga que se existiu um consenso na mesma, a questão está suficientemente esclarecida. -----
Além de que também é de opinião que faz todo o sentido ter ali alguém indicado pelo CPCJ, para poderem ter um debate e uma apreciação mais viva e mais pertinente. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** manifestou que aquela opinião é perfeitamente legítima, mas como o Senhor Deputado Municipal Sérgio Abreu recorreu para o plenário de uma decisão tomada pela Mesa, que consiste em que seja discutido naquela Assembleia aquele relatório, seguindo os moldes normais que são usados de forma regimental para a discussão dos pontos no período da ordem do dia, irá colocá-lo à consideração e votação do Plenário. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, do CDS-PP** retorquiu que tal como acabou de referir o Senhor Deputado Eduardo Welsh, e a Senhora Deputada Guida Vieira na reunião de Líderes referenciou e sublinhou que aquele documento não é nenhum relatório, o que pretendem é melhorar a qualidade do que consta

no mesmo. -----

Também, apesar de o Senhor Presidente da Assembleia Municipal ter todo o direito de submeter à votação o requerimento do Senhor Deputado Municipal Sérgio Abreu, já aconteceu naquela Casa reunirem-se os Líderes durante a Sessão e ninguém colocou em questão o que veio dessa reunião, sendo esse um preceito legal que sempre foi utilizado naquela Casa. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** respondeu que como o Senhor Deputado Municipal Gonçalo Pimenta muito bem disse, nas outras situações ninguém contestou a decisão da reunião de líderes, no entanto naquela situação a decisão foi contestada e foi feito um recurso para o Plenário. -----

Por isso, enquanto Presidente da Assembleia não pode impedir que qualquer Deputado recorra de uma decisão da Mesa para Plenário, porque está usando uma prerrogativa regimental legítima e natural. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal António Domingos Sousa Abreu, PPD/PSD** expressou o seguinte: "Senhor Presidente estamos aqui a perder um bocadinho de tempo, mas é sempre bom a dialética e eu acho que está com toda a razão e de igual modo também está com razão o Senhor Deputado Gonçalo Pimenta. -----

O que aconteceu é lamentável e temos de tentar fugir dessas situações e enquanto Líderes temos de chegar às reuniões, com uma capacidade de dizer isto é consensual e representa a nossa posição do Grupo, ou no caso premente, aquilo que deveria de ter sido dito pela Líder do GMM era, "Ok não falei nisto, era uma posição pessoal." E então não seria nunca uma reunião de Líderes, mas apenas uma reunião de deputados e é para isso que serve a figura da reunião de Líderes. -----

Eu lamento a situação e acho que ficamos um bocadinho a perder, porque nas próximas reuniões de Líderes vamos perder tempo e então aquele exercício que fizemos de manhã

Paulo Belbin

não vale a pena, porque os Líderes, ao contrário daqueles que não têm Grupo, devem de transmitir a posição do seu Grupo mesmo que essa posição não seja unânime. -----

Porque se nós tivéssemos informação na reunião de Líderes que havia um possível, como se constata agora, desacordo de um dos Deputados, não teríamos tido aquela atitude e teríamos seguido o regulamento. -----

Fizemos aqui um exercício inútil de perda de tempo, que eu lamento, por falta de coordenação, que não da nossa parte nem sua, nós tentamos fazer o melhor, acontece que a Mudança por razões de natureza genética não é possível ter uma liderança nem uma coordenação interna e compreendemos e lamentamos.” -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** clarificou que perante a tomada de conhecimento do requerimento, aquela Mesa tem poder para o aceitar ou rejeitar. -----

Mas no sentido de tomar uma decisão que reunisse o consenso das bancadas, suscitou a reunião extraordinária de Líderes. -----

Porém, como já referiu, é prerrogativa de qualquer Deputado rejeitar aquela decisão. -----

Quanto às unanimidades de cada Grupo são de cada Grupo, como certamente as mesmas também não acontecem sempre, nos restantes Grupos Municipais. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Guida Maria Vieira Martins, do GMM** esclareceu que no momento é quem está a representar o GMM na reunião de Líderes, pelo que foi quem se reuniu na parte da manhã com os outros (as) Senhores (as) Deputados (as) Municipais. Assim, perante o que lhes foi apresentado não achou existir inconveniência alguma requererem que a Senhora Presidente da CPCJ, ou alguém em seu nome, pudesse ali se dirigir para poderem até colocar algumas questões sobre a atividade daquela Comissão. -
Porque, ao olhar para aquele documento só veem números e seria interessante, mais do que os números, poderem questionar e serem esclarecidos. -----

Mas, como já referiu o Senhor Presidente da Assembleia, pode haver Senhores (as)

Deputados (as) Municipais do Grupo Municipal que está a representar, que, como já se constata no momento, não estejam de acordo com a opinião da mesma. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** explicou que irão votar o requerimento feito pelo Senhor Deputado Municipal Sérgio Abreu, para que o requerimento do CDS-PP seja rejeitado e o ponto seja discutido naquela Assembleia nos moldes normais, como ocorreram no passado, porque o requerimento do CDS-PP foi aceite pela Mesa e concertado em reunião de líderes, por isso a decisão em vigor é dar cumprimento ao requerimento feito pelo CDS-PP. -----

--- Após a votação o **Senhor Presidente da Assembleia** anunciou que o **requerimento** apresentado pelo **Senhor Deputado Sérgio Abreu do GMM** foi **rejeitado** com dezoito votos contra, três abstenções e treze votos a favor. -----

Como tal, irão requerer à CPCJ a indicação de um representante da mesma, para que na próxima Assembleia Municipal apresente o referido relatório. -----

Contudo, voltou a frisar, que na discussão do mesmo, tanto a Vereação como os Grupos Municipais, poderão e deverão intervir nos tempos que estão consagrados regimentalmente para a discussão de qualquer ponto na ordem de trabalhos. -----

- **DECLARAÇÕES DE VOTO:** -----

1 - O Senhor Deputado Municipal Sérgio Juvenal Jesus Abreu, do GMM expressou que a reunião de Líderes apreciou um requerimento, que fala da composição dos representantes daquela Assembleia Municipal na CPCJ. -----

E voltou a referir que aquele relatório está muito bem feito e que é igual em todos os Municípios no espaço Nacional. -----

Depois voltou a salientar, que nenhum representante eleito por aquela Assembleia Municipal poderá apresentar aquele Relatório, apenas o (a) Presidente da CPCJ, ou um seu representante, o poderá fazer. -----

J

--- O Senhor Presidente da Assembleia reforçou que o (a) Senhor (a) Deputado (a) Municipal está naquela Assembleia nessa qualidade, se assim não fosse essa situação incorreria numa incompatibilidade evidente, porque não pode estar em dupla qualidade, por isso o (a) representante da CPCJ não poderá ser um (a) Deputado (a) daquela Casa. ----- Acrescentou, que no pedido que irá fazer à CPCJ para indicar o seu representante, irá frisar essa situação. -----

Não havendo mais nenhuma questão deu então por concluídos os trabalhos. -----

--- Esta ata foi aprovada em minuta para que os pontos discutidos pudessem produzir efeitos imediatos. -----

--- Nada mais havendo a tratar nesta reunião, sendo quinze horas e trinta, o Senhor Presidente da Assembleia deu-a por encerrada. -----

--- E de tudo para constar, se lavrou a presente ata que, depois de lida, achada conforme e subscrita vai ser devidamente assinada. -----

--- O Presidente da Assembleia, *[Assinatura]*

--- A Primeira Secretária, *Paula Antunes Beltrão Gonçalves*

--- A Segunda Secretária, *[Assinatura]*

--- Fui presente: Nélia Maria Jardim dos Santos Gonçalves, Nélia Gonçalves

